

# | 625 | OS REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NA GOVERNANÇA DA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE OS PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DE SUA SOBERANIA

*Gustavo Duarte Cardoso, Andréia do Socorro Conduru de Sousa Cardoso*

## **Resumo**

Este artigo faz uma contextualização a cerca dos reflexos da globalização no processo de governança da Amazônia levando em consideração a região enquanto fronteira do capital natural e transnacional. Apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica que mostra as intervenções implementadas na região através de programas e estratégias, considerando as variáveis intervenientes no processo de tomada de decisão para implementação de políticas governamentais. Ressalta que a governança apresentada na região é fruto de uma estrutura governamental formal, cujos interesses se sobrepõem ao da população local, bem como mostra uma carência de articulação da sociedade local, no que diz respeito à dinâmica governamental que lhe é imposta. Desta forma, mostra fragilidade nas relações de governança na região.

**Palavras-chave:** Globalização, Governança, Programas e Estratégias

## **1 - A globalização e governança na Amazônia**

A globalização corresponde a ocorrência do aumento expressivo dos fluxos internacionais de produtos e capital, simultaneamente à elevação da concorrência internacional e da interdependência entre empresas e economias nacionais (GONÇALVES, 2003).

Para Ribeiro (2005), a globalização da economia teve origem nos séculos XV e XVI, com as descobertas de territórios ultramarinos e acentuou-se durante os séculos XVIII e XIX com a Revolução Industrial. Entretanto, segundo este autor, este processo tornou-se mais evidente com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, que provocou a grande depressão norte-americana e culminou com a contração da economia e o aumento do desemprego em escala mundial. Ribeiro (2005) argumenta que com o fim da Segunda Guerra Mundial passaram a surgir mecanismos de controle da economia mundial, como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) que, em 1995 evoluiu para a Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo objetivo principal é a diminuição das barreiras alfandegárias, por meio de negociações multilaterais.

Quanto aos reflexos mundiais do processo de globalização, Ribeiro (2005) e o Banco Mundial (2003) chamam a atenção para a tendência de desemprego, sobretudo nos países emergentes, em função do processo de automação de suas atividades produtivas; a

diminuição da participação do Estado na economia, que por sua vez, tem propiciado o aumento das desigualdades sociais entre os povos do mundo e dentro de um mesmo país; o aumento das taxas de desenvolvimento dos países centrais e o aumento das taxas de empobrecimento dos demais países.

Para a Amazônia, entretanto, Ribeiro (2005) e Becker (1996) alertam para a tendência imperialista de, em nome da globalização, os países ricos proclamarem esta região como “patrimônio da humanidade”, segundo critérios de sua conveniência. Porém, segundo estes autores, as reais intenções baseiam-se na fabulosa biodiversidade da Amazônia e no fato de possuir as maiores reservas de recursos hídricos, minerais e energéticos do mundo.

Diante deste contexto, faz-se necessário a presença marcante dos governos, em suas várias instâncias, através de uma governança efetiva nesta região. O entendimento sobre governança surge das reflexões produzidas pelo Banco Mundial, a partir da necessidade de se identificar as condições que garantem um Estado eficiente. Desta forma, passa a ser um conceito mais amplo que o de governo, pois abordaria além das implicações econômicas, as dimensões sociais e políticas da gestão pública. De acordo com o Banco Mundial apud Gonçalves (2012), em seu documento *Governance and Development* de 1992, a governança caracteriza-se como o exercício da autoridade econômica, política e administrativa para gerenciar um país em todos os níveis, visando o planejamento, a formulação e a implementação de políticas. A governança compreende ainda os mecanismos, processos e instituições por meio dos quais a sociedade como um todo articula seus interesses, exercita seus direitos legais, cumpre com suas obrigações e media suas diferenças no cenário político e social global (GOLÇALVES, 2012).

A governança abrange, portanto, as estruturas institucionais, as políticas, os processos decisórios e as regras formais e informais, relacionadas com temas de interesse público, que determinam as políticas do país (como o poder é exercido, como as decisões são tomadas, como as articulações público-privado são estabelecidas e como os cidadãos participam do processo decisório) e deste com suas relações externas. Partindo-se do pressuposto de que uma “boa” governança é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, à medida que incorpora ao crescimento econômico equidade social e direitos humanos (SANTOS APUD GONÇALVES, 2012).

## **2 - Amazônia enquanto fronteira do capital natural**

De acordo com Becker (1996), entre as décadas de 1960 e 1980 a Amazônia brasileira foi submetida a um modelo nacional de desenvolvimento baseados no financiamento internacional e que, pela inexistência de organizações sociais capazes de resistir a novas apropriações e somada às condições geográficas, resultou em um intenso processo de ocupação em larga escala, caracterizando-a, a partir de então, como grande fronteira de recursos em âmbito nacional e mundial.

Com a intensificação da globalização, a Amazônia vem sofrendo uma valorização ecológica pautada na sobrevivência humana e na do capital natural, principalmente quanto à biodiversidade e o seu potencial hidroenergético. Tal valorização atribuída ao potencial de seus recursos naturais lhe confere a posição de fronteira do uso científico-tecnológico da natureza (BECKER, 2004).

Segundo Becker (2004), ao contrário dos fluxos financeiros que tem caráter global, os estoques de natureza estão localizados em territórios de Estados ou em espaços ainda não regulamentados juridicamente. Neste sentido, para esta autora, a decisão sobre o uso de territórios e ambientes como reserva de valor de recursos naturais passa a ser foco de disputa entre as potências detentoras da tecnologia pelo controle do capital natural para o futuro, localizado, sobretudo, em países periféricos.

Com o aumento do interesse das grandes potências sobre o controle dos recursos naturais, buscando pressionar os países periféricos e controlar as decisões sobre seus territórios, surgem as alianças temporárias para atuarem sobre espaços e questões específicos de interesse das potências, como alternativa às estratégias individuais, caracterizadas por ações coercitivas (BECKER, 2004).

Neste sentido, Becker (2004) argumenta que o Estado brasileiro, que inicialmente assumiu uma posição de isolamento, passou a atuar gradualmente em grandes programas de proteção ambiental, em respostas às pressões internacionais. Dentre estes programas, destacam-se os seguintes:

- a) Programa Piloto para proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7) – Este é o maior programa de cooperação multilateral direcionado a uma temática ambiental de importância global e o maior programa mundial para a proteção de florestas tropicais e manejo de seus recursos implementado em um único país (BRASIL, 2012a). Os seus primeiros projetos foram aprovados em 1994 e foram concebidos para desenvolver estratégias inovadoras de proteção e uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas à melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais. Em 2007, as instituições

envolvidas na sua execução definiram duas grandes missões: consolidar o que havia sido feito até então e construir um modelo de disseminação em escala dessas experiências (BRASIL, 2012a);

b) Sistema SIPAM/SIVAM – de proteção e vigilância da Amazônia. O primeiro é vinculado à Casa Civil da Presidência da República e é responsável pela coleta, armazenamento e difusão de dados e informações fundamentais para conhecimento do território. O segundo é vinculado ao Ministério da Defesa, e é responsável pela vigilância do tráfego aéreo e fiscalização de superfície, fundamental para a segurança das fronteiras. Pelo alcance de seu monitoramento, que extrapola as fronteiras da Amazônia brasileira, Becker (2004) argumenta que este programa constitui-se como um instrumento de grande potencial para intercâmbio de informações com os países amazônicos;

c) Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica – PROBEM. Consiste em um programa multi-institucional brasileiro que conta com o apoio de instituições internacionais para desenvolver P&D nas áreas de Biotecnologia e Química de Produtos Naturais através da agregação de valor a produtos industrializados, contribuindo para a recuperação da capacidade de tomada de decisão do Brasil sobre a transformação do seu capital natural em suporte efetivo para o desenvolvimento sustentável e a conservação da sua biodiversidade. Este programa constituiu-se em uma resposta estratégica às pressões deslegitimadoras da soberania do Estado brasileiro sobre a Amazônia (BECKER, 2004);

d) Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment on the Amazon – LBA. O LBA iniciou em 1998 como um experimento internacional de pesquisa global gerenciado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA. Foi mantido inicialmente por acordos de cooperação internacional, tendo como parceiros a NASA e outras instituições dos Estados Unidos e Europa, e a partir de 2007 tornou-se um programa financiado pelo governo brasileiro (BRASIL, 2012b). O programa visou através da geração de conhecimento, em sua primeira etapa (1998-2007), compreender o funcionamento climatológico, ecológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia, do impacto das mudanças dos usos da terra sobre este funcionamento, e das influências mútuas entre a Amazônia e o sistema

biogeofísico global da Terra; e em sua segunda etapa (a partir de 2007), o LBA buscou ampliar o conhecimento sobre a dinâmica dos ecossistemas da região e integrar as vertentes sociais e econômicas às pesquisas ambientais por ele desenvolvidas (BECKER, 2004; BRASIL, 2012b). Desta forma, o atual plano científico consolidou as áreas iniciais de estudo do Programa em três grandes áreas integradas: a interação biosfera-atmosfera, o ciclo hidrológico e as dimensões sócio-políticas e econômicas das mudanças ambientais (BRASIL, 2012b).

Para Becker (2004), a mercantilização da natureza, em especial a comercialização do ar, da vida e da água constitui-se em uma oportunidade para a Amazônia. A comercialização de créditos de carbono em nível mundial, estimulada pelas metas do Protocolo de Quioto para redução de emissões de CO<sub>2</sub>, constitui uma oportunidade de investimento na preservação de florestas e ou reflorestamento de áreas degradadas em países periféricos, na medida em que constituem-se em alternativas menos custosas de compensação ao excedente de dióxido de carbono emitido por países centrais industrializados. Entretanto, para esta autora, o risco de privatização e internacionalização de grandes áreas do território nacional surge também como uma ameaça.

Quanto à mercantilização dos recursos genéticos da Amazônia, Becker (2004) argumenta que esta deve ser realizada por meio de tecnologias avançadas, como o que ocorre com o PROBEM, com seus benefícios sendo distribuídos às populações tradicionais; e que a falta de sua regulamentação vem estimulando a biopirataria.

Segundo Becker (2004), a comercialização da água ainda encontra-se incipiente, apesar de seu potencial de valorização residir no risco de sua escassez em função do aumento do consumo ou da sua má gestão, a tal ponto que vem sendo considerado como o “ouro azul”. Porém, a autora alerta ainda para o risco de imposições globais desconectadas aos interesses nacionais e regionais.

## **2.1 - Amazônia transnacional**

Segundo Becker (2004), o valor estratégico atribuído à Amazônia não pode se restringir apenas à sua parcela brasileira, mas a toda Amazônia sul-americana, em virtude dos ecossistemas florestais não se restringirem aos limites políticos dos países e muitas nascentes dos rios amazônicos estarem localizadas fora do território brasileiro. Neste sentido, a autora argumenta ainda que tal realidade pode e deve estimular o aproveitamento

conjunto dos recursos tendo em vista o desenvolvimento regional, a exemplo de outros blocos supranacionais no mundo.

Segundo Becker (2004), a integração da Amazônia sul-americana é necessária em virtude da complementariedade das matrizes energéticas dos países que a compõem, assim como para a ampliação dos mercados econômicos nacionais e para o fortalecimento do poder de barganha destas nações junto à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Becker (2004) argumenta que torna-se necessária uma ação conjunta sobre o território amazônico em virtude de instabilidades políticas, que ameaçam as fronteiras nacionais, e à crescente militarização ao entorno do território nacional. Quanto à pressão da globalização sobre a Amazônia, caracterizada pela presença de bases militares na região, a autora comenta sobre a resistência do Brasil à essa tendência de instalação de bases e argumenta que ela se faz presente, em território nacional, por meio de acordos de cooperação internacional técnica, científica e financeira.

### **3 - Estratégias para a defesa da soberania da Amazônia**

Diante das investidas internacionais que buscam fragilizar a soberania na Amazônia brasileira, Becker (2004) argumenta sobre iniciativas do governo federal de minimizar as vulnerabilidades através de três estratégias de defesa: as propostas de criação de territórios, a criação de projetos militares como o Calha Norte e o SIVAM/SIPAM, e a integração física continental.

Quanto à primeira estratégia, Becker (2004) argumenta que as propostas de criação de territórios visam fortalecer a presença do estado em regiões de fronteira remotas ou de baixa densidade demográfica, como as do alto rio Negro, alto Solimões e Juruá, que estejam sendo ou possam vir a ser ameaçadas por pressões políticas internacionais.

Quanto à segunda estratégia, Becker (2004) argumenta que o projeto SIVAM/SIPAM foi uma resposta do governo brasileiro às intenções norte-americanas de, sob o pretexto de combater o narcotráfico, instalar bases militares em território nacional, mediante a comprovação da capacidade do Brasil de controlar seu território e o meio ambiente através de um eficiente sistema de informações. Quanto ao Programa Calha Norte, que teve início em 1985 e que sofreu descontinuidade ao longo dos anos em razão de restrições orçamentárias, Becker (2004) e Brasil (2012c) argumentam que este vem sendo retomado para apoiar a estratégia de Desenvolvimento da Amazônia setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em

harmonia com os interesses nacionais, em virtude da importância estratégica atribuída aos 7,4 mil quilômetros de fronteira com o Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Suas ações dão conta do atendimento às tribos indígenas e às comunidades tradicionais carentes, assim como da manutenção da infraestrutura de energia e transporte (BECKER, 2004; BRASIL, 2012c).

Quanto à terceira estratégia, Becker (2004) argumenta que esta vem sendo implementada em nível regional e local. Segundo esta autora, esta estratégia visa o fortalecimento da importância da Amazônia na geopolítica mundial, através da integração de uma base territorial detentora de ativos ambientais diversificados e não apenas como um patrimônio natural a ser preservado.

Dentre, os sistemas de ligação regionais delineados para a integração física da Amazônia sul-americana, Becker (2004) e Ribeiro (2005) destacam a ligação rodoviária, já concluída, que interliga Manaus, Boa Vista e Caracas na Venezuela, que viabiliza o intercâmbio comercial entre o pólo industrial de Manaus com o Caribe e o Atlântico Norte e o fluxo turístico oriundo do Hemisfério Norte; a ligação intermodal (hidrovias e rodovias) entre Belém e os portos na costa do Peru (Paita) e Equador (Guayaquil) e a ligação rodoviária entre Rio Branco e o porto de Ilo no Peru, que por sua vez, viabilizariam o acesso a portos do Pacífico e aos mercados do Japão, da costa oeste norte-americana e dos tigres asiáticos, a custos extremamente inferiores, já que não se utilizaria a travessia pelo Canal do Panamá. Estas ligações favorecerão ainda, em nível local, a estruturação de comunidades fronteiriças, que poderão intensificar articulações econômicas e compartilhar interesses coletivos comuns (BECKER, 2004).

Ribeiro (2005) argumenta, que a integração física da Amazônia com o restante do país, se faz ainda hoje por meio dos dispendiosos modais rodoviário e aeroviário, quando a sua vocação seria, sem dúvida, a integração física através do modal hidroviário, por meio da implantação de hidrovias, tais como do Tocantins-Araguaia, do Tapajós-Teles Pires e do rio Madeira. Segundo este autor, estes eixos hidroviários permitiriam que toda a produção de grãos do Brasil Central e da própria Amazônia fosse realizada pelos portos de Barcarena e de Santarém no Pará, e de Manaus e de Itaquatiara no Amazonas, alcançando os mercados dos países do Hemisfério Norte, a um custo logístico mais econômico.

Ribeiro (2005) salienta ainda, que a integração hidroviária seria estratégica para a integração sul-americana, considerando a passagem pelo eixo do rio Amazonas que envolveria todos os países que integram o Tratado de Cooperação Amazônica.

Ademais destas ligações, Becker (2004) apresenta como exemplos do fortalecimento de atividades e relações fronteiriças, os acordos bilaterais entre Brasil e Venezuela, para a transmissão de energia de origem hidroelétrica da cidade venezuelana de Guri até Boa Vista, e o acordo entre Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador para exploração conjunta de gás e petróleo.

Ribeiro (2005) comenta que, no sentido de evitar e ou minimizar as pressões da globalização sobre a Amazônia, principalmente dos Estados Unidos, contra os interesses nacionais, o governo brasileiro vem utilizando da presença da sua competente diplomacia em todas as negociações realizadas em torno da questão geopolítica amazônica. Para este autor, além da ação da diplomacia brasileira o governo deveria ainda utilizar três outras estratégias na defesa da soberania da Amazônia: o fortalecimento institucional dos órgãos de poder público que atuam na Região, como SUDAM, BASA, Museu Goeldi, INPA, EMBRAPA, FUNASA e o aumento da participação relativa dos estados e municípios amazônicos, respectivamente, ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo este autor, esta estratégia de ação propiciaria a melhoria dos Índices de Desenvolvimento Humano dos estados e municípios regionais, os quais encontram-se entre os menores do país, melhorando assim, a condição de vida da região e estimulando a mudança do modelo de ocupação da Amazônia, a qual seguiria uma orientação mais qualitativa do que quantitativa e caracterizada por uma população detentora de melhor conscientização da questão geopolítica regional.

Porém, Ribeiro (2005) alerta que a soberania do Brasil sobre a Amazônia vem sendo questionada em virtude da incapacidade do país de conter a devastação florestal da região, o que tem servido de justificativa para que seja vislumbrada a possibilidade de transferência do controle ambiental da Região para uma entidade supranacional, constituída pelos países ricos ou de submetê-la ao controle geopolítico da ONU, por meio do Conselho de Tutela, nos termos da Carta das Nações Unidas. Essa situação denota a carência existente em nossa legislação, que ainda vem discutindo a reformulação do Código Ambiental Brasileiro, e nas instituições de controle em suas várias instâncias de poder.

Neste sentido, Ribeiro (2005) comenta o posicionamento do economista Mário Ramos Ribeiro publicado no jornal *O Liberal*, em 2000. Ribeiro apud Ribeiro (2005) comenta a argumentação do prêmio Nobel de economia de 2000, James Heckmann, quanto à relação entre investimentos realizados em educação e o crescimento econômico e o combate à pobreza, indicando que o crescimento econômico condiciona-se a um fator exógeno que possa partir as amarras da estagnação da economia do país.

Ribeiro apud Ribeiro (2005) comenta que, James Heckmann utilizou fundamentos de pesquisas de Jeffrey Sachs, da Universidade de Harvard, que classifica os países segundo critérios baseados em seus graus de informação e na educação:

- a) países fornecedores de tecnologia – constituem-se pelos países ricos;
- b) países absorvedores de tecnologia – constituem-se pelos países que não têm condições de produzir inovações tecnológicas capazes de fomentar o aumento de suas taxas de crescimento. Como exemplo inclui-se o Brasil, especificamente o eixo do Estado de São Paulo;
- c) países tecnologicamente desconectados – Constituem-se pelos países que não têm capacidade de produzir e nem de assimilar as inovações tecnológicas. Como exemplo inclui-se todo o restante do Brasil.

Neste sentido, Ribeiro (2005) argumenta que a Amazônia enquadrar-se na terceira categoria o que, portanto, compromete a sua soberania, na medida em que estará fadada à pobreza e não terá condições de promover o desenvolvimento sustentável de maneira endógena. Portanto, para este autor, a possibilidade de promoção do desenvolvimento sustentável na região estaria vinculada ao fornecimento de tecnologia e de recursos financeiros pelos países ricos, assim como ao aumento da liberdade de atuação destes países sobre a região, à custa da ampliação das restrições à soberania nacional sobre a Amazônia.

Em outro artigo publicado no jornal *O Liberal*, em 2001, Mário Ramos Ribeiro, citado por Ribeiro (2005), argumenta que as autoridades brasileiras não têm tratado a Amazônia de maneira “amigável”, na medida em que as lideranças regionais vêm sendo mantidas à parte do processo decisório sobre as políticas de desenvolvido regional e os esforços do governo se voltam mais para a manutenção das fronteiras geopolíticas regionais, o que, por sua vez, não garante a soberania do país sobre a região. Tal realidade fortalece o entendimento de que a Amazônia vem sofrendo carência de governança.

Em busca de uma resposta concreta para os desafios do desenvolvimento da Amazônia Becker et al. (2009) defendem que qualquer que seja a resposta, esta deve contemplar a contribuição da ciência, tecnologia e inovação. Pois na opinião destes autores, não há como implementar uma mudança de trajetória para o desenvolvimento da Amazônia, sem essa contribuição original e de fato inovadora. Esse entendimento vem corroborar com o posicionamento apresentado anteriormente por Ribeiro (2005).

Na pesquisa intitulada “Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições”, coordenada pela professora Bertha Becker junto com os professores Wanderley Messias da Costa e Francisco de Assis Costa, em 2009, é proposta uma revolução

técnico-científica orientada tanto ao aproveitamento e difusão do uso dos produtos da biodiversidade, como para difusão de conhecimentos e padrões produtivos voltados à transformação das estruturas produtivas regionais tradicionais. Nesta pesquisa, recomendam-se para áreas de floresta ombrófila densa, pouco afetada, a implantação de cadeias de produção bioindustriais, orientadas para a fabricação de biocosméticos, fitoterápicos, nutracêuticos, produtos alimentares, bebidas, etc.; e para as demais áreas já degradadas ou sob pressão antrópica, recomenda-se o adensamento técnico-científico de atividades como a extração da madeira e setores relacionados, a silvicultura e o manejo florestal, a agroenergia, entre outras (BECKER ET AL., 2009).

Para que a Amazônia evoluísse da condição de periferia do país e do mundo e da condição de região tecnologicamente desconectada, para uma condição de região fornecedora de tecnologia, produzida de forma endógena, seria necessário tratá-la de maneira diferenciada das demais regiões do país, com o intuito de se reverter o seu passivo histórico de exclusão social, tecnológica e econômica, na tentativa de se implantar um ciclo virtuoso de governança, soberania e desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

#### **4 - Perspectiva de investimento para a Amazônia**

Segundo reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo, em 2011, o governo federal em conjunto com a iniciativa privada, está programando investimentos em obra de infraestrutura, nas áreas de energia, transporte e mineração, na Amazônia Legal, apresentada na Ilustração 1, na ordem de R\$212 bilhões até 2020, segundo levantamentos realizados pelo referido jornal junto ao Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e aos principais projetos privados em andamento (WIZIACK ET AL., 2011).

Segundo Wiziack et al. (2011), estes investimentos em infraestrutura, permitirão a instalação de indústrias e formarão um corredor de exportação pelo “arco norte”, que abrange desde Porto Velho (RO), passando pelo Amazonas, Pará até o Maranhão. De acordo com estes autores, a movimentação de cargas, em sua maioria grãos, que hoje são exportados pelos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), através de uma logística cara e ineficiente, passaria a utilizar os portos de Santarém e Belém (PA) e Itaqui (MA), através de uma malha logística integrada pelos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário, reduzindo substancialmente os custos logísticos de exportação.

Ilustração 1 – Amazônia Legal



Fonte: Imazon apud WIZIACK et al. (2011)

Os investimentos previstos para setor elétrico, caracterizados pela construção de hidrelétricas, também viabilizarão as hidrovias, por meio da construção de eclusas bancadas pelo governo federal, e elevarão a participação da Amazônia na produção nacional de energia, dos atuais 10%, para 23%, até 2020 (WIZIACK ET AL., 2011).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram, citados por Wiziack et al. (2011), os investimentos privados na Amazônia, na área da mineração chegarão a R\$53 bilhões, sem considerar novas descobertas do Serviço Geológico do Brasil, em andamento.

Apesar do posicionamento de ambientalistas ser em prol do desenvolvimento da Amazônia, os mesmos acreditam que os investimentos planejados caracterizam-se como um retrocesso, ou seja, uma volta ao modelo exploratório implantado pelo governo militar (WIZIACK ET AL., 2011).

## 5 - Considerações Finais

A busca pela preservação da floresta Amazônica implica construir caminhos capazes de gerar renda e qualidade de vida para suas populações, assim como a busca de seu desenvolvimento deve obrigar a produção uma interação virtuosa entre forças sociais capazes de usar as riquezas derivadas da biodiversidade e outros recursos naturais regionais sem destruí-la. Este processo, por sua vez, não pode ser obtido pela reprodução do modelo de desenvolvimento que lhe foi imposto até então, pautado no enfraquecimento de sua governança, na medida em que sem a efetiva participação de seus agentes governamentais e

não governamentais e o compromisso com os reais anseios de sua população local, esta região estará fadada à manutenção da pobreza de sua população.

Os relatos das grandes intervenções de investimentos previstos para a Amazônia Legal, até 2020, demonstram que o governo está abrindo mão do desenvolvimento regional e sustentável da região em prol da garantia do crescimento econômico do restante do país nos próximos anos, mantendo assim, o seu modelo colonialista de “desenvolvimento” para esta região.

As intervenções propostas vão de encontro aos princípios democráticos e legais vigentes, na medida que as Licenças Ambientais são cunhadas a um nível hierárquico inferior.

À luz da Constituição brasileira, esse modelo de desenvolvimento imposto à população amazônica, que busca transformar a região em uma colônia de produção mineral, geradora de energia elétrica, torna-se passível de manifestações técnicas e sociais, o que de certa forma podem contribuir para uma resistência da população local à sua implementação.

O ora apresentado entende que a governança proposta para a região é fruto de uma estrutura governamental formal, cujos interesses se sobrepõem ao desenvolvimento da Amazônia, bem como mostra uma carência de articulação da sociedade local, no que diz respeito à dinâmica governamental que lhe é imposta. Mostrando desta forma, fragilidade nas relações de governança na região.

## **Referências Bibliográficas**

Banco Mundial. 2003. *A nova onda da globalização e seus efeitos econômicos*. In: Banco Mundial. Globalização: crescimento e pobreza. São Paulo, Editora Futura.

Becker, B. K. 1996. *Significado Geopolítico da Amazônia. Elementos para uma estratégia*. In: Pavan. C. Uma estratégia latino-americana para a Amazônia. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo, Memorial.

Becker, B. K. 2004. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro, Garamond.

Becker, B. K.; Costa, F. De A.; Costa, W. M. Da. 2009. *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Brasília, DF, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Brasil, Ministério do Meio Ambiente. *O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil* [em linha]. Disponível em: <http://homolog-w.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=168&idMenu=7579>. Consult. 01 de Janeiro de 2012a.

Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia. *Programa de Grande Escala da Biosfera – Atmosfera na Amazônia* [em linha]. Disponível em: <http://lba.inpa.gov.br/lba/>. Consult. 01 de Janeiro de 2012b.

Brasil, Ministério da Defesa. *Programa Calha Norte* [em linha]. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/2011/calha\\_norte\\_2011.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/2011/calha_norte_2011.pdf). Consult. 01 de Janeiro 2012c.

Golçalves, A.. *O Conceito de Governança* [em linha]. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>. Consult. 02 de Janeiro 2012.

Gonçalves, R. 2003. *O nó econômico*. São Paulo, Editora Record.

Ribeiro, N. de F. 2005. *A geopolítica da globalização e o futuro da soberania sobre a Amazônia*. In: Ribeiro, N. F. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília, Senado Federal.

Wiziack, J.; Brito, A.. *Amazônia vira motor de desenvolvimento com projetos de R\$ 212 bi* [em linha]. Disponível em: [http://www.vitrinedotocantins.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=70359:amazonia-vira-motor-de-desenvolvimento-com-projetos-de-r-212-bi&catid=88:politica&Itemid=131](http://www.vitrinedotocantins.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=70359:amazonia-vira-motor-de-desenvolvimento-com-projetos-de-r-212-bi&catid=88:politica&Itemid=131). Consult. 16 de Dezembro de 2011.